

**ALVES, Fatima (Coord.). *Saúde, Medicina e Sociedade*.
Lisboa: Pactor, 2013. 247 páginas.**

Enderson Luiz Diolindo Carvalho¹

Nos últimos anos os debates acerca da temática saúde e doença vêm ganhando múltiplas abordagens. A gama diversificada dos campos de conhecimento vem contribuindo na construção multidisciplinar enriquecedora para a elaboração do saber referente à saúde e à doença. É nesse contexto, que o livro *Saúde, Medicina e Sociedade: uma visão sociológica*, coordenado por Fátima Alves e com coorganização de Luísa Ferreira da Silva, Breno Fontes e Madel T. Luz, torna-se obra necessária.

Diante desse quadro é que o livro *Saúde, Medicina e Sociedade: uma visão sociológica* contribui na discussão da temática, tanto no ambiente científico acadêmico da Sociologia, da Saúde Coletiva, da Medicina Social e das Ciências Sociais em geral; quanto no ambiente prático profissional, seja para elaboração de novas políticas ou pela compreensão dos processos históricos e sociais do campo da saúde. Os 12 capítulos contidos nessa obra incitam o leitor a questionamentos ricos e atualizados a respeito de diversos pontos, através de uma abordagem sociológica da saúde e da doença no Brasil e em Portugal.

Já no Primeiro capítulo, intitulado *O Desafio da Saúde Coletiva à Sociologia*, a autora, Madel T. Luz, traça um panorama histórico e social da contribuição da Sociologia, em particular, e das ciências sociais, em geral, no âmbito das discussões a respeito da pesquisa e ensino em saúde. A autora evidencia uma paulatina inclusão de aspectos sociais no campo da medicina desde antes o advento das ciências humanas e sociais, mas também, e principalmente, correlacionada com o surgimento e amadurecimento teórico e metodológico dessa área. A partir do histórico evolucionista e eurocêntrico, típico do começo da Sociologia e das ciências humanas, Madel Luz aponta a corrida por legitimação científica sofrida pela Sociologia e suas consequências atuais na disputa por reconhecimento como saber científico no mundo contemporâneo.

¹ Mestrando em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

As Agendas temáticas da Sociologia da Saúde em Portugal é tema e título do capítulo seguinte, no qual Luísa Ferreira da Silva retoma o percurso da Sociologia da Saúde internacional e seus desdobramentos em Portugal. Posteriormente, Luísa Ferreira da Silva situa o estado atual da Sociologia da Saúde em Portugal, demonstrando que a inserção desse campo no domínio da saúde faz-se, quase somente, por vias acadêmicas. Por fim, partindo do lançamento de perspectivas futuras sobre a Sociologia da Saúde em Portugal, o texto lança uma série de referências bibliográficas atuais englobando os livros e artigos publicados no país a respeito do tema.

O terceiro capítulo – *Desigualdades Sociais e Saúde* – é fruto da colaboração entre Luísa Ferreira da Silva, Amélia Augusto, Bárbara Bäckström e Fatima Alves. Nele as autoras fazem uma inter-relação entre a Epidemiologia e a Sociologia da Saúde, na qual demonstram os impactos das desigualdades sociais no campo da saúde. O artigo esclarece como as desigualdades sociais, seja no nível econômico, profissional, geográfico etc., corroboram como determinantes no quadro da saúde da população. Em seguida, com enfoque nas problemáticas de gênero, populações migrantes e pessoas com doença mental, as autoras traça paralelos entre tais marcas sociais e a compreensão do surgimento e evolução das doenças, a partir da perspectiva social e cultural eminente na Sociologia da Saúde.

A regulação da saúde e as políticas de saúde em Portugal são os temas protagonizados no quarto capítulo, sob a autoria de Graça Carapinheiro, Helena Serra e Tiago Correia. *Estado, Medicina e Políticas em Portugal: Fluxos e Reflexos de Poder* debate a relação entre Estado e Medicina acerca da regulação das políticas de saúde, mostrando a influência do Estado na manutenção da centralidade da Medicina como esfera de poder dominante. A autoridade médica se traduz no modelo hospitalocêntrico e na colonização de instrumentos na gestão dos hospitais pela medicina, tomando assim um percurso concordante com a autoridade médica. As autoras e o autor apontam dicotomização entre o Estado e a medicina no campo da saúde, partindo de um processo de regulação externa e autorregulação da profissão médica e, por conseguinte, delimitando a organização do cuidado em saúde e das fronteiras de atuação de outros saberes profissionais.

No capítulo que se sucede, *Reformas de Sistemas de Saúde*

em Contextos de Reformas do Estado: Os casos de Brasil e Portugal, Soraya Côrtes e Graça Carapinheiro elaboram uma análise geral das transformações sociais ocorridas no Brasil e em Portugal na segunda metade do século passado, principalmente no que concerne os avanços de indicadores econômicos e sociais e seus reflexos na saúde. Em seguida, as autoras examinam a consolidação do SUS, no caso brasileiro, e do SNS, em Portugal; retomando as ideias preconizadoras dos dois sistemas de saúde, observando os entraves em suas respectivas implementações. Em suma, o capítulo elucida questões enfrentadas tanto no Brasil, quanto em Portugal, como o crescimento do setor privado influenciado por interesses do mercado e de grupos profissionais; e por outro lado, contrastes entre os dois países, como a densidade da participação da sociedade civil nas arenas decisórias dos sistemas de saúde.

No capítulo seis, denominado *Políticas de Saúde Mental em Angola, Brasil e Portugal: Desafios para o Século XXI*, os autores Breno Fontes e Pedro Hespanha, juntamente com a autora Eliane da Fonte trazem um quadro histórico e um panorama atual das políticas de saúde mental nos três países de língua portuguesa. Na primeira parte é discutido o caso angolano, no qual o modelo biomédico entra em confronto com práticas tradicionais religiosas e procedimentos praticados por curandeiros, estes últimos se mantêm como o principal recurso para o tratamento terapêutico de doenças mentais. Em seguida, o caso brasileiro é analisado a partir da reforma psiquiátrica que teve início no final da década de 1970. O artigo retoma aspectos importantes na história da saúde mental no país, como a desativação dos manicômios e o fortalecimento das redes de cuidado comunitárias, para salientar os avanços no país em relação a saúde mental. Por último, a experiência portuguesa nos relava os processos de implementação da reforma psiquiátrica no país e seus desafios contemporâneos; seja na esfera da regulação burocrática-administrativa; seja nos impasses políticos e sociais em sua construção.

Felismina Mendes e Jonatas Ferreira abrangem no capítulo sete – *Novas tecnologias e saúde: implicações políticas e sociais* – as consequências de novas tecnologias, seja na magia ou na medicina, referentes ao combate à doença, elucidando questões acerca do normal e patológico. O texto aborda a questão da medicalização da vida, na qual a lógica da medicalização se

amplia para além da doença e abarca processo de otimização do corpo, aprimoramento de habilidades e prolongamento da vida. Além disso, a autora e o autor abordam decorrências no plano social, político e na concepção da subjetividade individual diante de novos paradigmas que surgem paralelamente ao avanço da biotecnologia e nanotecnologia.

As *Racionalidades Médicas, Práticas “complementares” em Saúde e Novas Profissões Terapêuticas* são abordadas no capítulo oito por Nelson Filice de Barros e Madel T. Luz. O início do capítulo retoma o conceito de Racionalidades Médicas (RM) como parâmetro analítico no campo da saúde. O autor e a autora demonstram a instituição de novas práticas terapêuticas tidas como complementares em saúde e com isto a necessidade da profissionalização e sindicalização desse campo. O texto incita uma leitura histórica das práticas não biomédicas e seu desenvolvimento integrativo com a Medicina Ocidental, evidenciando a urgência de estudos nesse campo.

No capítulo *Saúde e Doença no Saber Leigo*, Luísa Ferreira da Silva faz um paralelo do saber científico das ciências médicas em contraponto com o saber leigo apreendido no cotidiano. O capítulo retoma a histórica das ciências para demonstrar como esse campo de saber se consagrou na sociedade ocidental, colocando-se como legítimo e excluindo outras racionalidades. A autora defende a validade do saber leigo no campo da saúde, evidenciando exemplo nos quais os conhecimentos baseados nas experiências de vida respondem a vários problemas de diversas ordem, pois abordam não apenas os aspectos biológicos, mas também subjetivos, culturais e sociais.

No décimo capítulo, *A Análise das Redes Sociais: O Caso da Saúde Mental*, Breno Fontes e Sílvia Portugal fomentam o diálogo entre saúde mental e Sociologia. Os autores constataam a análise das Redes Sociais na saúde mental, como procedimento teórico e metodológico inovador, elucidando a potencialidade e capacidade dessa teoria. No campo da saúde mental, a teoria das Redes Sociais faz-se importante por abordar explicações não baseadas em dicotomias e efeitos independentes do comportamento social, mas partindo de uma leitura na qual os processos interativos, o círculo social da loucura e o Capital Social se colocam como chaves para o

entendimento dessa área.

Cláudia Nogueira é a autora do capítulo *Doença Mental e Itinerários Terapêuticos: Uma Visão a Partir da Institucionalização Hospitalar*, no qual parte do processo de desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos em Portugal para traçar os itinerários terapêuticos da doença mental e seus desdobramentos no campo da saúde mental no país. A autora traz contribuições decorrentes de uma pesquisa concluída, na qual busca descrever os caminhos formais/ institucionais no decorrer dos diagnósticos de doença mental, apontando os acompanhamentos institucionais atualmente existentes. Por fim, o resultado da pesquisa mostra as dificuldades enfrentadas em relação ao acompanhamento terapêutico na comunidade, e ainda o predomínio do hospital como dominante no panorama dos cuidados terapêuticos.

Por fim, no último capítulo – *Lidar com a Doença Mental: Os Sistemas de Cuidados e os Itinerários Terapêuticos* – Fátima Alves analisa os resultados de um estudo qualitativo realizados no norte de Portugal, no qual busca compreender, a partir de relator, as experiências acerca dos itinerários terapêuticos do cuidado no trato da saúde e da doença mental. A descoberta desse estudo são as diferentes formas de tratamento terapêutico paralelos à biomedicina, e muitas vezes, invisíveis a ela. A autora organiza essa pluralidade no tratamento terapêutico em sistemas oficiais, sistemas informais e alternativos demonstrando as diversas formas de protagonismo dos sujeitos em seus processos de saúde e doença.

O livro é um panorama amplo e rico das diferentes temáticas e perspectivas da Sociologia da Saúde no Brasil e em Portugal. Não há dúvida, que esta obra muito mais que esclarecer, historicamente e conceitualmente, os debates acerca da saúde, nos oferece possibilidades de pensar e enfrentar novos desafios decorrentes do tema.